

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Edital do V Concurso para Admissão de Estagiários de Direito no âmbito da Procuradoria-Geral do Município de Mogi das Cruzes

1. O Procurador-Geral do Município faz saber que, no período de **02/08/21 a 17/08/21**, estarão abertas as inscrições para concurso de seleção de estagiários de Direito, do qual poderão participar os estudantes de Direito, cursando Faculdade de Direito oficial ou reconhecida a partir do **5º semestre a partir de 2021**.
2. O presente concurso visa ao preenchimento inicial de vagas que se verificarem e/ou vierem a ser criadas nas Procuradorias do Contencioso Geral, do Consultivo Geral e de Assuntos Fiscais e Tributários, dentro do período de validade do concurso, que será de 2 (dois) anos prorrogável por igual período ou até o fim da convocação dos candidatos habilitados.
3. Durante esse prazo, serão convocados os candidatos habilitados, sempre de acordo com a ordem de classificação e na medida dos recursos disponíveis.
4. Ficam reservados às pessoas portadoras de deficiências 5% (cinco por cento) das vagas existentes. Esses candidatos deverão declarar na inscrição a natureza e o grau da incapacidade que apresentam.
5. Se não houver candidatos deficientes inscritos ou aprovados, os cargos ficarão liberados para os demais candidatos.
6. O estágio terá a carga horária de 30 (trinta) horas semanais e duração máxima de 2 (dois) anos.
7. O estagiário fará jus à bolsa mensal.
8. O candidato aprovado deverá, quando da assinatura do Termo de Assunção das Funções de Estagiário:
 - a) firmar declaração de que não participa de outro estágio em órgão do Poder Público ou em escritório de advocacia que atue contra a Fazenda do Municipal, judicial ou extrajudicialmente;
 - b) firmar declaração de que não existe contra sua pessoa nenhum processo ou condenação criminal;
 - c) apresentar cópia de Identidade e comprovante de matrícula ou declaração da faculdade que demonstre estar cursando, no momento da assinatura do referido termo.
9. O candidato aprovado no certame e devidamente convocado que se recusar a assinar o Termo de Assunção das Funções de Estagiário poderá pedir a sua alocação no fim da fila de candidatos aprovados. Tal requerimento, feito necessariamente por escrito, poderá ser formulado somente uma vez e não garante futura convocação.

10. AS INSCRIÇÕES SERÃO REALIZADAS EM DUAS ETAPAS:

1ª etapa (INSCRIÇÃO PRELIMINAR): a inscrição preliminar será feita pela internet, através do preenchimento do formulário disponível em link no site da Prefeitura Municipal. O prazo para inscrição preliminar se inicia no dia 02/08/21 e se encerra no dia 17/08/21.

2ª etapa (VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO): os candidatos que tiverem realizado a inscrição preliminar deverão, na sequência, entrar em contato através do telefone (11) 4798-6997 e agendar uma data para o comparecimento presencial à sede da Procuradoria-Geral do Município, localizada na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, n. 277 – 3º andar - Centro Cívico - Mogi das Cruzes - SP, entre os dias 16/08/21 e 20/08/21, 23/08/21 e 24/08/21, no horário das 9hs às 17hs, para validação da inscrição, oportunidade na qual deverão trazer documento com foto.

O não comparecimento para validação tornará sem efeito a inscrição preliminar.

11. A prova consistirá em vinte questões de múltipla escolha e versará sobre:

I - Direito Civil (4 questões):

- a) Lei de Introdução ao Código Civil;
- b) Código Civil - Parte Geral;
- c) Direito das Obrigações;
- d) Responsabilidade Civil do Estado;
- e) Juros de mora e correção monetária contra a Fazenda Pública – Leis 9.494/97 e 11.960/09;
- f) Decreto 20.910/32.
- g) Súmulas e jurisprudência do STJ e STF.

II - Direito Processual Civil (4 questões):

- a) Teoria geral do processo;
- b) Princípios constitucionais do processo;
- c) Condições da ação;
- d) Elementos da ação;
- e) Prerrogativas processuais da Fazenda Pública;
- f) Ônus processuais;
- g) Prazos;

- h) Da comunicação dos atos;
- i) Procedimento;
- j) Da petição inicial;
- k) Da resposta do réu: contestação, exceção e reconvenção;
- l) Provas;
- m) Sentença;
- n) Do cumprimento da sentença;
- o) Honorários advocatícios;
- p) Recursos;
- q) Execução contra a Fazenda Pública;
- r) Juros de mora e correção monetária contra a Fazenda Pública;
- s) Mandado de segurança.
- t) Súmulas e jurisprudência do STJ e STF.

III - Direito Constitucional (4 questões):

- a) Constitucionalismo;
- b) Classificação das Constituições;
- c) Aplicabilidade das normas constitucionais;
- d) Fundamentos da República Federativa do Brasil;
- e) Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil;
- f) Princípio da separação dos Poderes;
- g) Poder constituinte;
- h) Hermenêutica constitucional;
- i) Direitos e garantias fundamentais;
- j) Tutela constitucional das liberdades;
- k) Direitos sociais;
- l) Organização do Estado;
- m) Espécies normativas;

- n) Processo legislativo;
- o) Administração Pública;
- p) Organização dos Poderes;
- q) Controle de constitucionalidade;
- r) Defesa do Estado e das instituições democráticas;
- s) Ordem econômica e financeira;
- t) Ordem social.
- u) Súmulas e jurisprudência do STJ e STF.

IV – Direito Administrativo (4 questões):

- a) Regime jurídico-administrativo;
- b) Princípios da Administração Pública;
- c) Administração indireta;
- d) Órgãos Públicos;
- e) Servidores Públicos;
- f) Bens públicos;
- g) Contratos administrativos;
- h) Controle da Administração Pública;
- i) Responsabilidade extracontratual do Estado;
- j) Processo Administrativo;
- k) Licitações.
- l) Súmulas e jurisprudência do STJ e STF.

V – Direito Tributário (4 questões):

- a) Princípios Constitucionais;
 - b) Sistema Tributário Nacional;
 - c) Regras Constitucionais de Direito Tributário;
 - d) Competência Tributária;
 - e) Imunidades Tributárias;
-

- f) Tipos de Tributo;
- g) Legislação tributária;
- h) Obrigação Tributária;
- i) Crédito Tributário;
- j) Administração Tributária;
- k) Lei de Execuções Fiscais (Lei 6830/80).
- l) Súmulas e jurisprudência do STJ e STF.

VI – Duas questões dissertativas – tema a ser definido dentro das matérias acima indicadas da disciplina de **Direito Civil, Processual Civil, Direito Tributário e Processual Tributário.**

12. Na avaliação da prova, as questões de múltipla escolha terão 20 questões, valendo um ponto cada, a prova dissertativa terá nota de 0 a 10, com 2 questões valendo 5 (cinco pontos).

13. Os critérios de correção da prova dissertativa estão previstos no Anexo I do edital.

14. A prova de múltipla escolha e a dissertação serão realizadas **no dia 31/08/21, terça-feira, das 14 às 17 horas,** em local a ser divulgado junto com a lista de inscritos.

15. **Os candidatos deverão comparecer com 30 (trinta) minutos de antecedência,** munidos de documento de identidade, protocolo de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta revestida de material transparente.

16. Como medida de proteção à saúde dos candidatos e organizadores do processo seletivo serão adotados os seguintes procedimentos:

16.1 Organização do fluxo de candidatos na entrada e saída do prédio e das salas onde serão aplicadas as provas;

16.2 Organização de distanciamento em eventuais filas;

16.3 Obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial, sem a qual será proibida a entrada do candidato no prédio onde serão realizadas as provas;

16.4 Distanciamento de 1,5 metros entre os assentos nas salas;

16.5 Utilização de apenas 40% (quarenta por cento) da capacidade das salas;

16.6 Caso haja recomendação superveniente das autoridades sanitárias, a aplicação das provas poderá ser suspensa ou remarcada para nova data.

17. Não serão tolerados atrasos. Não serão permitidas quaisquer consultas à doutrina, legislação ou jurisprudência.

18. A prova terá duração de três horas.
19. O resultado da prova será publicado no site da Prefeitura Municipal (www.mogidascruzes.sp.gov.br).
20. O prazo para eventual recurso será de 2 (dois) dias úteis seguintes à publicação do resultado (excluído da contagem o dia da publicação do resultado), mediante requerimento a ser protocolado na PGM.
21. Somente serão corrigidas as dissertações dos 60 (sessenta) primeiros colocados na prova de múltipla escolha.
22. Considerar-se-ão habilitados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a cinco, numa escala de zero a dez.
23. Em caso de empate terá preferência o(a) candidato(a) que obtiver maior nota nas questões dissertativas. Persistindo o empate, a preferência será dada ao(à) candidato(a) com maior nota na prova de Direito Processual Civil.
24. O concurso terá validade de 2 (dois) anos prorrogável por igual período ou até o fim da convocação dos candidatos habilitados.

A Comissão deste Processo Seletivo de Estagiários de Direito é composta pelos seguintes Procuradores:

- 1-) Dr. Nilton Torcani Pellizzoni – Presidente da Comissão;
- 2-) Dra. Flavia Adriane Betti Grasso;
- 3-) Dr. Fabio Mutsuaki Nakano.

Município de Mogi das Cruzes, 29 de julho de 2021



ANEXO I

Competência	Objetivo	Níveis de pontuação
I	Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita.	Erros de gramaticais desconto para cada ocorrência (0,25).
II	Compreender a proposta de redação e aplicar conhecimento jurídico para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.	As duas questões dissertativas terão nota de 0 a 5, 5 pontos cada. Uma questão de Direito Civil e Processual Civil. Uma questão de Direito Tributário e Processo Tributário.